



A ABORDAGEM PSICOSSOCIAL SOBRE A VIOLÊNCIA DE
GÊNERO E A VIOLÊNCIA SEXUAL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA

THE PSYCHOSOCIAL APPROACH ON GENDER VIOLENCE AND
SEXUAL VIOLENCE: A LITERATURE REVIEW

Cátia Luiza Pereira Magalhães¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre o marco teórico formulado pela Psicologia Social acerca da violência de gênero e da violência sexual. Partindo do pressuposto que a violência é um fenômeno multifacetado e multicausal, identificamos que estas duas formas de agressão se caracterizam pelos intensos danos psicossociais provocados, assim como pela invisibilidade composta pelo medo, pela insegurança e pela vergonha que recobrem as vítimas, dificultando tanto a denúncia dos atos quanto a procura por um acompanhamento psicossocial adequado. O levantamento do presente artigo foi realizado a partir de uma intensa pesquisa nas bases Portal de Periódicos Capes, SciELO e IndexPsi entre os meses de janeiro a julho de 2019. A evolução dos temas pesquisados, bem como a importância da abordagem psicossocial sobre os assuntos, tem em vista colaborar com futuras pesquisas e debates sobre a violência.

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência sexual. Violência doméstica. Fatores que possibilitam a irrupção de atos violentos.

ABSTRACT

This article aims to conduct a literature review on the theoretical framework formulated by Social Psychology about gender violence and sexual violence. Assuming that violence is a multifaceted and multi-causal phenomenon, we identify that these two forms of aggression are characterized by the intense psychosocial damage caused, as well as the invisibility composed by the fear, insecurity and shame that cover the victims, making it so difficult to report them acts as regards seeking appropriate psychosocial support. The survey of this article was conducted from an intense research in the Portal Capes, SciELO and IndexPsi Journals between January and July 2019. The evolution of the researched themes, as well as the importance of the

¹ Especialista em Ensino Religioso pela Faculdade Uninta de Vitória. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidad John Kennedy (UK). E-mail: catia_magalhaes@ymail.com.

psychosocial approach on the subjects, aims to collaborate with future research and debates on violence.

Keywords: Gender violence. Sexual violence. Domestic violence. Factors that allow the outbreak of violent acts.

Introdução

A definição de violência fornecida pela Organização Mundial da Saúde (2002) e seguida também pela Psicologia remonta ao uso de força e às relações desiguais de poder e de superioridade física que facilitam a coerção e o domínio agressivo sobre outrem. Por ser um fenômeno multifacetado, é importante ressaltar que o polo de forças composto pelo agressor, de um lado, e pela vítima, de outro, traz em si não apenas a entificação de um evento esporádico; ao contrário, desvela a coisificação do outro, processo que viola os direitos básicos de alguém, além de inviabilizar a vivência e o desenvolvimento salutar das potencialidades físicas, psíquicas e sociais dos participantes da agressão.

A variedade de formas de causar dano a alguém faz com que haja uma classificação de suas principais manifestações: direcionada a si mesmo, a nível macrossocial ou no âmbito das relações interpessoais. Deste último campo de interações sociais surgem os tipos mais frequentes de comportamentos agressivos, dentre os quais destacamos a violência de gênero e a agressão sexual.

Com efeito, no dia oito de março de 2018, o Instituto Monitor da Violência divulgou a mais recente pesquisa sobre violência de gênero no Brasil. Os números não são animadores, pois demonstram que não há lugar seguro para as mulheres no país. Esta constatação parte do crescimento das denúncias de agressão (seja física, psíquica ou sexual) no transporte público, nas ruas, no local de trabalho, nos grupos dos quais elas fazem parte e no interior dos lares.

Corroborando com este resultado está o relatório das Nações Unidas que coloca o Brasil como um dos países mais perigosos do mundo para as mulheres, onde a média de homicídios femininos alcança quase o dobro da média da maioria das outras nações. O relatório do Monitor da Violência (2018) ainda identificou que, em números brutos, a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil, o que

significa que o número de assassinatos cresceu cerca de 6,5% entre os anos de 2017-2018.

A promulgação da lei do feminicídio coloca a violência de gênero no foco principal do debate de inúmeras ciências. A referida lei, número 13.104, considera crime os homicídios dolosos contra a mulher e os crimes de violência doméstica praticados pelo simples fato da vítima ser mulher, resultante da desigualdade entre os sexos. Porquanto o ser mulher e o ser homem na sociedade estão carregados de símbolos e de representações sociais que têm sua gênese no machismo, na misoginia e na dominação do masculino sobre o feminino, não é de se estranhar que as agressões tipificadas como feminicídio aumentaram no Brasil. Nesse contexto, estados como Roraima, Ceará e Acre são os mais violentos para as mulheres.

A discussão sobre os elementos psicossociais que estão por trás da violência contra a mulher são uma parte importante no enfrentamento deste fenômeno. Os estereótipos que reforçam a dicotomia entre os sexos fomentam a diminuição da importância do feminino no ambiente doméstico e social e estimulam a perpetuação do preconceito de gênero. Ademais, estes fatores representam alguns dos elementos oriundos da construção psicossocial de uma sociedade marcada pela autoridade da figura masculina.

No mesmo contexto de desigualdade entre os sexos irrompem os casos de violência sexual. Os dados sobre este tipo de agressão são alarmantes: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado em 2014 destaca que a cada onze minutos um novo caso de estupro ocorre no Brasil. Além disso, é importante ressaltar que os tipos de violência frequentemente se entrecruzam. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, estima-se que de 31% dos casos de agressão sexual relatados configuram violência doméstica ou intrafamiliar. De acordo com o relatório do Ipea intitulado *Estupro no Brasil, uma radiografia segundo os dados da Saúde*, publicado em 2014, 56% dos agressores são pais, padrastos, amigos ou conhecidos das vítimas, enquanto a probabilidade de ser violentada por desconhecidos aumenta apenas com o aumento da idade da vítima, chegando a alcançar 61% na vida adulta (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Por conseguinte, a relação entre a violência de gênero e a violência sexual, aliada ao crescimento dos casos destas agressões no Brasil e no mundo, tornam indispensável o debate sobre a tipologia da violência, em especial destes casos

específicos. No entanto, devido a multiplicidade de enfoques da Psicologia Social sobre o tema, aliado ao fato de que a sua inesgotabilidade o tornam ainda mais atual, estabelecemos alguns critérios para eleger o marco teórico específico utilizado na construção deste artigo: idioma e ano de publicação, bases de dados em que os artigos utilizados foram publicados e impacto das publicações. Obviamente, também consultaremos autores de relevância no estudo psicossocial da violência de gênero e na agressão sexual, como Bronfenbrenner (2004), Krug (2002), Perisoli (2007; 2010), entre outros, além dos dados mais recentes publicados sobre o assunto nos principais institutos de pesquisa brasileiros, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015; 2017).

Metodologia

Esse trabalho foi elaborado a partir de uma revisão de literatura nas bases de dados sciELO, IndexPsi e Portal de Periódicos Capes no período entre janeiro e julho de 2019. Para compor um marco teórico substancial sobre os conceitos psicossociais de violência de gênero e de violência sexual, as palavras-chave utilizadas foram “violência”, “violência de gênero”, “violência sexual”, “agressão”, “abordagem psicossocial da agressão de gênero” e “abordagem psicossocial da agressão sexual”, “tipologia da violência”. Para ampliarmos o alcance da pesquisa, os termos correspondentes em inglês e em espanhol, respectivamente, foram “violence”, “gender violence”, “sexual violence”, “agression”, “psychosocial approach to gender aggression”, “psychosocial approach to sexual assault”, “types of violence”, “violencia”, “violencia de género”, “violencia sexual”, “agresión”, “enfoque psicossocial de la agresión de género”, “enfoque psicossocial de la agresión sexual”, “tipos de violencia”.

Inicialmente os artigos foram selecionados a partir da leitura de seus títulos, resumos, abstract e resumen correspondentes. Logo após foi possível selecionar os que mais contribuiriam para descrever a violência de gênero e a agressão sexual, além de identificar as mais recentes e aprofundadas abordagens psicossociais desta investigação. Foi apenas a partir desta primeira triagem que os artigos que compuseram a revisão de literatura utilizada neste artigo foram selecionados.

No entanto, a presente revisão de literatura consultou também os mais recentes documentos sobre a violência de gênero e sexual no Brasil e no mundo, como o texto

da OMS publicado em 2002, bem como a estatística publicada pelo Instituto Monitor da Violência. Acreditamos que esta abordagem qualitativa atualizada auxilia o próprio referencial teórico utilizado, assim como demonstra a inadiabilidade dos estudos sobre os conceitos abordados.

Assim, os critérios adotados para a inclusão de artigos no referencial teórico foram: publicações entre os anos 2000-2018, que tenham sido escritas em português, inglês ou espanhol, que estejam disponíveis em formato de texto completo nos bancos de dados sciELO, IndexPsi e Portal de Periódicos Capes, que abordem a definição de violência de gênero e de violência sexual, os elementos psicossociais que contribuem para a sua irrupção e, principalmente, que os considerem a partir da perspectiva fornecida pela Psicologia Social. Priorizamos também os estudos de caso que tenham sido aprovados pelos Conselhos e Comitês de Ética regionais (inclusive constando a identificação da aprovação) e as revisões de literatura mais atualizadas. Por outro lado, os critérios de exclusão adotados foram: artigos publicados a mais de vinte anos, em idiomas que não fossem português, espanhol ou inglês, que não estivessem disponíveis em formato de texto completo nos portais descritos anteriormente e que abordassem perspectivas apenas clínicas e psiquiátricas.

Somando-se todas as bases de dados, foram encontrados 643 textos completos. No entanto, após a leitura dos títulos, resumos, resumen e abstracts dos mesmos, notou-se que alguns deles se repetiram nas diferentes bases e outros não preenchiam os critérios estabelecidos para este estudo. Deste modo, após esta primeira etapa metodológica, apenas quinze restaram. Por preencherem os critérios inicialmente propostos, eles foram lidos na íntegra. Na tabela a seguir incluímos as bases de dados, a metodologia utilizada para o refinamento da pesquisa e o total de artigos lidos na íntegra.

Bases de dados	Títulos		Resumos		Artigos	
	Total	Aceitos	Total	Aceitos	Total	Aceitos
IndexPsi	256	11	11	10	10	8
Capes	140	4	4	2	2	2
SciELO	247	7	7	6	6	5
Total	643	22	22	18	18	15

Resultados e discussão

O objetivo deste estudo foi apresentar e discutir o desenvolvimento dos conceitos de violência de gênero e violência a partir do marco teórico construído pela Psicologia Social, destacando o estado de arte fundamentado pelos psicólogos sociais para indicar quais fatores psicossociais podem insuflar a prática destas agressões. Por mais que as especificidades sobre diferentes contextos e tipos de violência sejam muito discutidas, a atualidade do estudo sobre a violência de gênero e a sexual fazem com que a busca sobre a literatura científica atual seja uma contribuição fundamental não apenas para a Psicologia Social, mas para a construção de uma melhor convivência entre os gêneros. Assim, para analisar a violência de gênero e a violência sexual no interior da abordagem da Psicologia Social, priorizamos a leitura de documentos, dissertações, revisões de literatura, artigos científicos sobre os conceitos e estudos de caso que contemplam as particularidades das situações de violência, incluindo especificidades psicossociais das vítimas e dos agressores. Neste contexto, os textos que compõem o referencial teórico do presente artigo foram lidos, selecionados criteriosamente e agrupados nas seguintes categorias, de acordo com sua temática: a) violência de gênero (conceito, elementos que auxiliam a irrupção desta agressão, implicações psicossociais); b) violência sexual (conceito, elementos que auxiliam a irrupção desta agressão, implicações psicossociais).

Violência de gênero

Para a Organização Mundial de Saúde (2002), a violência de gênero é definida como quaisquer comportamento causador de mal-estar, perturbações e danos psicossociais e sexuais direcionados contra alguém tendo em vista subjuga-lo por seu gênero. Nesses casos, os atos agressivos mais comuns são a violência sexual, atos controladores e de coação, agressão física e psicológica; no entanto, vale ressaltar que geralmente eles são praticados concomitantemente. Com efeito, a incidência de violência praticada contra a mulher alcança alarmantes índices em todo o mundo, com destaque para a América Latina e o Caribe, lugares onde em média uma em cada três mulheres já sofreram violência física, psicológica e sexual (PAHO, 2007).

Narvaz e Koller (2006) fornecem dados importantes para a contextualização da violência de gênero:

Na América Latina, a violência doméstica incide entre 25% e 50% das mulheres. No Brasil, 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência doméstica; a cada 4 minutos, uma mulher é agredida em seu próprio lar por uma pessoa com quem mantém relação de afeto; 70% dos crimes contra a mulher acontecem dentro de casa e o agressor é o próprio marido ou companheiro; mais de 40% das violências resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, tapas, chutes, amarramentos, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 9).

Rodrigues et. al. (2016) empreenderam um estudo de caso com mais de oitenta familiares de mulheres em situação de violência de gênero no interior da Bahia a partir da utilização de duas metodologias entrecruzadas: o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e a entrevista semiestruturada. Os familiares entrevistados foram selecionados a partir de indicação feita pelos Agentes de Saúde Comunitária das dez Unidades de Saúde da Família da cidade de Jequié. Alguns fatores psicossociais importantes foram destacados no desenvolvimento deste estudo: a cultura da honra presente no contexto destas famílias reforça a estrutura patriarcal da sociedade e dos lares, além de tornar o homem o responsável pelo comportamento moral e sexual das mulheres. Nesta estrutura, como ele representa o provedor financeiro das famílias, quaisquer dificuldades econômicas também podem servir como estopins para agressões físicas e sexuais.

Neste contexto, se a representação social do homem corresponde ao papel de provedor da família e defensor de sua honra, a mulher cabe exercer os cuidados com o lar e atentar para as necessidades maritais e da prole. Nesta construção social, ser insuficiente no zelo pelo domínio privado justificaria uma possível agressão, legitimando a desigualdade entre os gêneros, reafirmando a dominação masculina e possibilitando a violência doméstica. Para os autores, este tipo de construção social favorece ao adoecimento psíquico da mulher, além de fomentar outros problemas psicossociais, tais como isolamento, quebra das relações sociais, baixa autoestima e a perspectiva de que a violência representa uma idiosincrasia concernente aos relacionamentos, mesmo os mais próximos e familiares, perpetuando um ciclo psicossocial de normalização da agressão. “As marcas no corpo da mulher em situação de violência de gênero sempre eram acompanhadas por grande sofrimento

moral, exacerbado pela condição vulnerável de vitimização” (RODRIGUES *et. al.*, 2016, p. 7).

A perspectiva de que os principais predicativos da mulher são a fragilidade e a feminilidade ajudam a propagar a ideia de que a inserção feminina na sociedade se dá a partir de uma natural inferioridade, fazendo com que as relações entre os gêneros acabem perpassadas por um desequilíbrio de força e de poder. Esta situação é agravada pelo fato de que a violência doméstica vitimiza não apenas a mulher, mas também aos seus filhos; com efeito, é comum que de lares incapazes de fornecer as condições ideais para o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens impliquem em gravidezes na adolescência e em futuros adultos agressivos.

Sobre a produção científica acerca da violência de gênero praticada pelos parceiros da vítima, Frank, Coelho e Boing (2010) destacam que as pesquisas sobre o tema são relativamente recentes, posto que se iniciaram na década de setenta. No entanto, a crescente investigação sobre o tema sinaliza para a importância da observação do fenômeno, ressaltando de que modo as análises podem auxiliar no seu combate. Sobre a metodologia dominante dos artigos feitos sobre a violência contra a mulher, a maioria foi escrita por mulheres, a abordagem mais abrangente para tais investigações se mostrou sendo a quali-quantitativa, especialmente aplicada em populações diferentes.

Os resultados obtidos com a leitura dos artigos compõem um interessante perfil das vítimas desta agressão: a faixa etária das mulheres agredidas varia entre os 10 aos 49 anos, casadas ou em situação de união estável e, em sua maioria, parceiras íntimas do agressor. No entanto, a maioria dos estudos obteve como alvo mulheres entre 20-39 anos, o que se coaduna com o perfil das denúncias, que partem maioritariamente de mulheres entre os 21 e os 50 anos, faixa etária na qual os problemas psicossociais causados pela violência são mais evidentes, já que as vítimas estão em plena idade reprodutiva e profissionalmente ativas.

Bhona, Lourenço e Brum (2011) investigam a violência de gênero a partir da perspectiva da violência doméstica. Para tanto, distinguem entre violência intrafamiliar (praticada entre pessoas que possuem vínculo consanguíneo e/ou afetivo, membros da mesma família, mesmo que não necessariamente residam no mesmo local) de violência doméstica, que ocorre mesmo entre indivíduos que não possuam vínculo parental e que convivem no mesmo ambiente doméstico. Sobre a última, é possível

destacar que ela pode se referir tanto às agressões envolvendo todos os membros quanto àquelas praticadas exclusivamente contra as mulheres.

No último caso, os autores destacam que as relações estabelecidas entre vítimas e agressores com o contexto psicossociocultural em que vivem, assim como o relacionamento entre ambos, reservam parte importante dos elementos que possibilitam a agressão. Nesses termos, a dicotomia entre os papéis sociais reservados para homens e mulheres reforçaram por muito tempo a aceitabilidade de comportamentos agressivos, em especial àqueles cometidos pelos parceiros. Além disso, a amplitude dos comportamentos que são atualmente considerados agressivos no contexto da violência de gênero, dentre os quais podemos destacar a negligência, a perseguição, a violência psicológica, a violência física, a manipulação verbal e comportamental, o isolamento da vítima e a quebra dos seus vínculos sociais e a agressão sexual, tornam ainda mais abrangente a temática (BARRETO *et. al.*, 2009).

Silva e Oliveira (2015) sinalizam para o fato de que enquanto na violência doméstica o agressor não necessariamente é parceiro amoroso da vítima, na violência de gênero a maioria dos vitimizadores possuem vínculos afetivos com ela. Além disso, a inter-relação entre os fatores biológicos, psicossociais, culturais e políticos que fornecem o solo fértil para a irrupção de agressões contra a mulher demonstram que a visão de mundo vigente mesmo na sociedade atual parte do pressuposto da superioridade do masculino sobre o feminino, o que ajuda a naturalizar a violência, posto que o parceiro disporia naturalmente do corpo da sua esposa como condição intrínseca à relação amorosa.

As autoras ainda reforçam que os elementos elencados pela literatura como os principais fatores que perpetuam a violência de gênero são: a presença de antecedentes familiares de atos violentos, uso de álcool e drogas, desemprego, pobreza, baixo nível socioeconômico, baixo suporte psicossocial oferecido à vítima e a dependência emocional em relação ao agressor. Ademais, as consequências psicossociais desta violência são muitas, sendo as mais comuns: depressão, tentativas de suicídio, agressão praticada pela vítima como retaliação, transtorno de estresse pós-traumático, agitação e medo exacerbado. Nesse mesmo horizonte de reflexão, o contexto das vítimas pode ser relacionado com a vergonha e o medo como os principais elementos que impedem as mulheres de procurar assistência médica e jurídica. Por conta disso, a invisibilidade que cobre a violência contra a mulher acaba

por perpassar diversas áreas da vida das vítimas e da sociedade (SILVA; OLIVEIRA, 2015).

Outro aspecto a ser considerado é que os atos de violência doméstica são passíveis de ocorrência recíproca. Talvez por isso boa parte do estado de arte sobre o tema não especifique o gênero da vítima. Cabe ressaltar, no entanto, que esta peculiaridade é válida para as considerações sobre violência doméstica, posto que, em relação a violência de gênero, se considera em especial o a agressão física, sexual e psicossocial voltada para o sexo feminino.

Cardoso-Barreto et. al. (2009) destacam que a violência psicológica cometida contra a mulher no contexto brasileiro é tão comum que muitas vezes deixou de ser percebida como agressão. No entanto, por mais que na maioria das vezes não deixe sequelas visíveis como as que acontecem nos casos de violência física, as manifestações da agressão também acarretam sintomatologia biológica, como transtornos digestivos e circulatórios, irregularidades menstruais e quadros crônicos de dores e ansiedade.

Os autores utilizam a teoria bioecológica de Bronfenbrenner (2004) para compreender algumas nuances concernentes ao fenômeno da violência de gênero. De acordo com este fio condutor argumentativo, determinadas características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais seriam responsáveis pelo modo como as pessoas constroem suas relações interpessoais. Desse modo, alguns fatores seriam preponderantes para a irrupção de atos agressivos, como o grau de escolaridade (a maioria dos agressores e vítimas não concluíram o Ensino Fundamental), a utilização frequente de álcool e drogas, pobreza e escassez de recursos materiais (a probabilidade de atos violentos aumenta em cerca de cinco vezes se comparada com contextos de altos níveis de qualidade de vida) e a falta de uma rede de amparo psicossocial (denominada de exossistema pela teoria bioecológica). Quanto mais isolada de suas relações sociais a vítima estiver, mais dependente financeira e emocionalmente ela permanecerá do agressor, ou mesmo dela própria passar a condição de agressora, seja por vingança, seja como único meio encontrado para superar esta situação.

De acordo com a teoria bioecológica, as relações que os homens estabelecem entre si, com os objetos e símbolos e com os fenômenos com os quais tem contato se dão de duas formas: ou de modo unidirecional, ou bidirecional. No caso da violência,

em especial cometida contra a esposa/parceira, a relação estaria pautada em âmbito bidirecional, o que faria com que problemas de convivência, tais como decepções com o cônjuge, diferenças de *status* entre eles, ciúme e rotinas estressantes possam resultar em discussões ou eventuais agressões (BRONFENBRENNER, 2004).

Esta situação seria agravada pelo fato de que a família representa o microsistema através do qual o indivíduo deve encontrar as bases para realizar o desenvolvimento psicossocial adequado. Caso contrário, outros grupos (sistemas) dos quais os indivíduos fazem parte são diretamente afetados pelo ciclo imposto pela violência; isso explicaria por que vizinhos, amigos, familiares, colegas de trabalho e de grupos diversos, por exemplo, costumeiramente se veem enredados nas teias de violência, em especial àquela praticada contra a mulher.

Após destacar que a promulgação de leis que visam proteger as mulheres traz a violência de gênero para a pauta de debate de diversas ciências, Beiras *et. al.* (2012) pontuam a importância de questionar quem são os agressores e se os modelos atuais de punição são capazes de originar uma mudança de comportamento ou, contrariamente, apenas reforçam as construções sociais que perpetuam o machismo e a desigualdade concernente aos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres.

Ainda no debate sobre as legislações que buscam proteger a mulher deste ciclo de normalização e perpetuação da violência, Beiras *et. al.* (2012) afirmam que o cumprimento destas leis representa a tentativa de garantir ao sexo feminino a sua integridade física, moral, psicossocial e sexual a partir de medidas civis e criminais. Nesta mesma perspectiva, as legislações de proteção à mulher existentes na Espanha partem de três pressupostos psicossociais fundamentais: primeiro, da diferenciação entre violência de gênero e violência doméstica (bem como seus pontos de confluência); segundo, que não apenas as ações penais podem ser medidas jurídicas eficazes para o enfrentamento da violência contra a mulher e, por fim, que em casos mais graves, penalidades mais severas devem ser executadas.

Entretanto, novas propostas ganham espaço no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero. Elas levam em consideração principalmente a multiplicidade concernente aos fenômenos da violência e que, tanto a nível macro quanto microssocial, não é possível pensar em redução da violência considerando apenas o aspecto jurídico-punitivo. Ao contrário, educar e reabilitar os agressores

significa voltar o olhar para prevenir os atos violentos a partir de uma análise sobre os brinquedos e brincadeiras utilizados pelas crianças do sexo masculino, sobre a realização escolar de ações psicossociais e culturais que valorizem a não-violência e a realização de atendimentos psicossociais aos autores de agressão (reeducação assistida) efetivados concomitantemente com o cumprimento da pena. Deste modo, a intervenção psicossocial como complemento da sanção legal se desvela como um importante aliado no combate à violência de gênero, posto que as intervenções convencionais não se mostraram suficientes para reduzir ou evitar os comportamentos violentos. Assim, trabalhos reflexivos feitos com grupos focais que estimulem a ressocialização e a construção de uma cidadania de gênero fundamentada no respeito e na valorização das diferenças entre o ser feminino e o ser masculino são bem mais satisfatórios para “responsabilizar o autor de violência e promover empoderamento e mudanças subjetivas em homens e mulheres” (BEIRAS *et. al.*, 2012, p. 40).

Algumas teorias psicossociais sobre o fenômeno da violência analisam elementos que podem servir como estopins de atos agressivos. Baron e Byrne (2005) destacam que a agressão geralmente acontece pela confluência de uma série de fatores, entre os quais destacam a existência de agressões anteriores, exposição à violência, facilidade de obter armas, irritabilidade, frustração, rotinas estressantes e abuso de drogas, machismo, preconceito e desejo de vingança.

Violência sexual

No conjunto das várias formas de violência, a agressão sexual é uma das facetas da agressão mais discutidas na atualidade. Para Minayo (2006), assim como a violência doméstica, a agressão sexual ainda é uma forma silenciosa de violência, posto que as representações sociais que a perpassam, ao passo que reforçam o homem como a figura dominadora e a mulher enquanto o polo submisso, dificultam a realização das denúncias, posto que ensejam grande sofrimento psicossocial para as vítimas.

O Ministério da Saúde (2001) define violência sexual como qualquer ação que obrigue outra pessoa a realizar práticas sexuais contra a sua vontade, através de coação física, psicológica, ou do uso de instrumentos da violência, como armas. Esta contextura decorre do fato de que geralmente a violência sexual vem acompanhada

de outras expressões de dominação agressiva, o que faz com que as mulheres que sofreram abuso sofram com mais problemas de saúde do que as que não passaram por tal agressão. De acordo com Scarpati, Rosa e Guerra (2014, p. 10), “a violência sexual direcionada à mulher pode ser entendida como qualquer conduta onde o controle e a subordinação da sexualidade feminina são incorporados às regras que normatizam a prática sexual”.

A violência sexual, do mesmo modo que o fenômeno da violência, inclui diversas práticas distintas, como contatos sem consentimento com ou sem penetração e outras práticas sexuais, como o *voyeurismo*. Para Scarpati, Rosa e Guerra (2014), no entanto, eles possuem em comum o fato de serem comportamentos de cunho sexual impostos à outra pessoa. Por conta disso, é inadiável sinalizar para o fato de que não é mais possível compreender a violência sexual apenas como a consumação do ato, mas principalmente como um desejo de dominação absoluta do corpo de outra pessoa. Neste diálogo as diferenças culturais representam um fator crucial para que sejam identificadas as linhas de sujeição que perpassam os corpos dos indivíduos, a fim de conseguirem discernir a satisfação do desejo sexual da agressão. Por conta disso, as autoras ainda defendem que o abismo culturalmente criado entre a sexualidade feminina e a satisfação biológica dos instintos masculinos reforçam a prática de relações sexuais não-consentidas: se os impulsos masculinos se originassem apenas na esfera das necessidades biológicas, eles não poderiam ser controlados, mas meramente satisfeitos, independente da vontade da parceira (SCARPATI; ROSA; GUERRA, 2014).

Diniz (2013) destaca que a ofensa causada pelo estupro não ofende só as vítimas na posse não-consensual do corpo de outrem, ou mesmo na realização do desejo de tortura e posse do agressor, mas principalmente porque alienam as mulheres de sua própria existência corporal e da autonomia de sua vontade, assim como as tornam alheias de seus desejos. A autora também afirma que a agressão sexual é um ato tão real quanto simbólico capaz de reafirmar a dominação patriarcal no que há de mais íntimo nas pessoas, tão violento que tornam submissas todas as mulheres, e não apenas a vítima. Além disso, é importante salientar que o medo de sofrer assédio ou quaisquer tipos de importunação sexual limitam as decisões das mulheres e afetam o desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com o Levantamento da Campanha Chega de Fiu-Fiu e divulgado pelo Instituto Patrícia

Galvão com 7762 mulheres, cerca de 81% delas afirmaram que já deixaram de fazer alguma atividade rotineira que gostariam, como andar a pé ou ir a determinado lugar em determinado horário, por exemplo, por medo de sofrerem algum constrangimento ou agressão sexual (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Perisoli et. al. (2010) destacam que a variação nos resultados de pesquisas e estudos de caso sobre a violência sexual têm como origem as diferenças conceituais e metodológicas, aliadas às variações socioculturais. Além disso, assim como a violência de gênero, a agressão sexual é uma prática delituosa subnotificada por conta do véu de invisibilidade que recobre tal prática. Para os autores:

O silêncio das vítimas é motivado pelo medo em relação ao agressor, medo de ter problemas, de não ser acreditado, dos efeitos sobre a família, dos efeitos sobre o perpetrador e pelo desconhecimento de que aquela era uma situação inadequada. A dificuldade em romper o segredo está relacionada ainda à dificuldade de se obter provas forenses e evidência médica, em muitos casos, à necessidade de acusação verbal, a ameaças sofridas e à ansiedade com relação às possíveis consequências da revelação. O sentimento de culpa, o desconhecimento dos direitos legais, o descrédito na justiça, o constrangimento da vítima, o medo e a vergonha em denunciar um crime sexual, o medo de perder o emprego e da atitude da sociedade são também fatores apontados na literatura como contribuintes para a falta de denúncia (PERISOLI *et. al.*, 2010, p. 86).

Tanto o ato sem consentimento quanto os momentos posteriores, seja o caso denunciado ou não, são marcados por uma sintomatologia que revela um profundo sofrimento psicossocial: depressão, crises de ansiedade, problemas de sono, déficit de atenção, pensamentos intrusivos, crises de pânico, somatização, abuso de substâncias psicoativas e isolamento são sintomas que comumente aparecem nestes casos (PERISOLI *et. al.*, 2010).

Estudos brasileiros (SOUZA; ADESSE, 2005; CARVALHO *et. al.*, 2009), coadunando-se com pesquisas internacionais, apontam que a maioria dos casos de agressão sexual são praticados por conhecidos da vítima (pais, cônjuges, vizinhos, amigos e familiares), o que tornaria a sintomatologia da violência sexual ainda mais aguda. Foi partindo desta constatação que Perisoli *et. al.* (2010) empreenderam uma pesquisa no Centro de Referência no Atendimento Infanto-juvenil (CRAI) com vítimas de abuso sexual (em especial crianças e adolescentes) no estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2002 a 2006. Neste período, 4294 crianças e jovens foram acolhidos, em sua maioria (75%) do sexo feminino, o que corrobora com a vitimização

do gênero feminino e com a manutenção da cultura machista e patriarcal na sociedade. Este contexto, no entanto, está em concordância com o cenário mundial: em uma pesquisa realizada em 21 países dos cinco continentes, a prevalência dos casos de violência sexual terem mulheres de diversas faixas etárias como vítimas alcança a média de três casos para um (PEREDA *et. al.*, 2009).

Com efeito, a violência sexual é um problema de saúde pública que atinge anualmente milhares de pessoas. Apesar da predominância de vítimas ser do sexo feminino, muitos homens também sofrem com esta forma de violência. Hohendorff, Habigzang e Koller (2012) pesquisaram sobre os dados epidemiológicos e as características da agressão sexual contra meninos. Tendo em vista que há uma carência de informações no que tange à vitimização masculina em contextos de violência sexual, os autores destacam que tal carência teórico-prática torna a atuação profissional nestes casos um desafio ainda maior do que já configuram os casos de violência sexual contra mulheres, bem mais estudados. Tal especificidade traz alguns fatores psicossociais complicadores para as vítimas, tais como maior relutância em comunicar o fato, já que a violência de cunho sexual contra a mulher tem sido culturalmente mais “esperada”, os estereótipos de masculinidade que reforçam medo e vergonha dos agredidos e conflito com a sexualidade.

No estudo realizado por Pires Filho (2007) com 26 homens vítimas de agressão sexual, os seguintes fatores psicossociais foram apontados pela maioria dos entrevistados: dificuldades em manter relacionamentos íntimos, problemas afetivos como sensação de desamparo e desespero, raiva, culpa e vergonha, dificuldade em compreender o episódio sofrido como um ato de violência, perspectiva negativa com relação às pessoas e à si mesmo, dificuldade em manter vínculos sociais positivos, senso de deslealdade. Por mais que estes sintomas sejam comuns às vítimas de agressão sexual de ambos os sexos, a forte carga simbólica de dominação e submissão presentes no abuso sexual, características incompatíveis com o estereótipo socialmente aceito sobre o que seria o masculino, tornam mais comuns do que nas mulheres a irrupção de comportamentos agressivos e destrutivos, abuso de substâncias, hostilidade e confrontação às normas.

Em termos de estatística, enquanto uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de abuso sexual na infância e adolescência, um em cada seis homens também foi vítima de abuso durante o mesmo período. Todavia, mesmo que a

notificação deste tipo de agressão seja ainda muito baixa, o é ainda menor quando as vítimas são do sexo masculino. Alguns fatores se destacam para facilitar o silêncio das vítimas femininas e masculinas, como a presença de barganhas e ameaças, “culminando na ‘síndrome de segredo’, na qual a criança e/ou adolescente não revela a violência sexual temendo possíveis reações do autor da violência” (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012, p. 401). Do mesmo modo que a violência sexual sofrida pela mulher, no caso de vítimas do sexo masculino os pais, padrastos, tios, amigos e vizinhos representam a maioria dos agressores.

Alguns fatores facilitam a violência sexual: residir somente com a mãe, sem os genitores ou com pais separados ou recasados, presença de familiares viciados em álcool e drogas ou com comportamentos criminais ou pervertidos, ser negro ou pardo e pertencer a níveis socioeconômicos mais baixos (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012). Por outro lado, a violência sexual é um decisivo estressor capaz de desencadear uma série de doenças, tais como medo, ansiedade, depressão, retraimento social, comportamento sexual inapropriado, dificuldade de aprendizagem, comportamento infantilizado, enurese, aumento/perda de peso sem motivação específica, estigmatização, vergonha, agressividade, medo de ficar sozinho e/ou de lugares fechados e escuros, problemas de autoimagem, fuga do lar, problemas legais, entre outros. “Além disso, transtornos disruptivos, quadros de estresse pós-traumático, somatização, paranoia, bulimia, depressão, suicídio, abuso de substância, personalidade antissocial e personalidade borderline foram identificados em meninos vítimas de violência sexual” (HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2012, p. 404). A frequência e o contexto das agressões são decisivos para o desenvolvimento em maior ou menor grau dos sintomas.

Como a maioria dos casos de violência sexual parte de familiares, amigos e conhecidos da vítima, boa parte da literatura atual sobre o tema, principalmente em sua abordagem psicossocial, a família vem se tornando um objeto de estudo crucial para a compreensão deste fenômeno (KELLOGG; MENARD, 2003). Por ser uma instituição social básica, é dela que devem advir os primeiros e principais suportes psicológicos, emocionais e sociais dos indivíduos. Assim, é possível afirmar que as interações familiares formarão a base a partir da qual as demais relações sociais serão desenvolvidas; o que faz com que afetividade, coesão, hierarquia familiar e relações de identificação entre os membros da família, bem como as construções das

identidades singulares, estejam implicadas no modo como os indivíduos construirão suas interações futuramente, sejam por conta de suas disfunções, sejam através de vínculos de equilíbrio (CECIL, 2001). Com efeito, é comum que os abusos sexuais intrafamiliares ocorram em famílias com transtornos psicossociais diversos, caracterizadas por um menor de grau de coesão e com relações extremamente hierárquicas, além da alta multigeracionalidade, que é quando um comportamento aprendido é repassado para as gerações posteriores.

Nessa franja argumentativa, Perisoli, Teodoro e Dell'Aglio (2007) empreenderam um estudo de caso com duas irmãs-gêmeas adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar. Utilizando metodologia entrecruzada, composta por entrevista semi-estruturada, *Family System Test* (FAST), *Family Identification Test* (FIT) e Familiograma, obtiveram como resultado a identificação da necessidade de considerar o abuso sexual intrafamiliar utilizando instrumentos capazes de tecer um perfil psicossocial da família, dos agressores e das vítimas, posto que houve uma diferença considerável entre as perspectivas das irmãs sobre a própria família e a si mesmo (o único ponto em comum é que ambas destacaram que o abuso sexual foi o pior episódio de suas vidas). Este passo é ainda mais importante se considerarmos que as abordagens puramente clínicas não são capazes de abordar um fenômeno multifacetado como a violência sexual, um problema de segurança pública de ordem psicológica, socioeconômica, histórica e cultural que geralmente é silenciado por um longo período até ser revelado. Por conta disso, a abordagem psicossocial tem muito a acrescentar nos estudos sobre a violência sexual.

Considerações Finais

As atuais discussões sobre a violência de gênero e a violência sexual reforçam um importante alerta para a construção da sociedade: os séculos de dominação masculina impuseram às mulheres o papel de submissão, o que representa um potencializador de atos agressivos dirigidos contra elas. Além disso, a suposta naturalização e justificação que recobre estes tipos de violência tornam-nas um problema de saúde pública ainda mais difícil de combater. Por conta disso, é possível apontar, em consonância com os estudos aqui descritos, que é um predicativo destas violências que a agressão seja praticada em inúmeras e dolorosas situações, antes

mesmo de ser de fato cometida. Nesses casos, o ser mulher na sociedade é supliciado de modo culturalmente aceito antes de qualquer agressão.

A discussão sobre o ser mulher em sociedade, assim como os elementos através dos quais o feminino é subjugado pelo masculino, perpassam indissociavelmente esta intrincada questão. No entanto, vale destacar que estas violências não vitimizam apenas aos indivíduos diretamente atingidos, mas toda a sociedade: nesse mesmo horizonte de reflexão, ainda é possível afirmar que para além de cada mulher agredida sexual, física ou psicologicamente, todas as outras acabam tendo sua existência marcada. O silêncio que recobre estas formas de agressão perpetua o ciclo de violência naturalizada, contra o qual a atual discussão multidisciplinar visa combater.

No entanto, a violência sexual acomete também milhares de meninos, em especial crianças e adolescentes. Mais um sintoma de uma sociedade adoecida por uma construção machista, ele revela que o impulso de dominação e de submissão da corporalidade e do desejo de outrem não estão vinculados apenas ao gênero, mas ao instinto de posse e de satisfação dos próprios impulsos. Além disso, outros fatores psicossociais podem colaborar com a irrupção de atos agressivos, como o uso de álcool e drogas, casos de violência familiar anteriores, condições socioeconômicas, medo e vergonha em denunciar, a ausência de órgãos de apoio psicossocial tanto às vítimas quanto aos agressores e a dependência financeira e emocional do agressor.

Por tudo isso, faz-se mister aprofundar as investigações sobre o fenômeno da violência, em especial a de gênero e sexual. Conquanto este é um fenômeno multifacetado, abordagens mais abrangentes tendem a contribuir para a sua compreensão. Por esse motivo, acreditamos que o estado de arte fornecido pela Psicologia Social colabora para a discussão sobre as violências, além de embasar teoricamente o seu enfrentamento.

Referências

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra as mulheres**. 2016. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-sexual/>. Acesso em: 20.jun.2019.

BARON, Robert A.; BYRNE, Donn. **Psicología Social**. 10ª ed. Madrid: Pearson Education, 2005.

BEIRAS, Adriano; MORAES, Maristela; ALENCAR-RODRIGUES, Roberta; CANTERA, Leonor. Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas. **Psicologia & Sociedade**. Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2012, p. 36-45.

BHONA, Fernanda Monteiro de Castro; LOURENÇO, Lélío Moura; BRUM, Camila Resende Soares. Violência doméstica: um estudo bibliométrico. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 63, n. 1, 2011, p. 87-100.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar**. Orientações para a prática em serviço. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. (Caderno de Atenção Básica, 8).

BRONFENBRENNER, U. (Ed.). **Making human beings human**. Bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks, CA: Sage, 2004.

CARVALHO, A. C. R.; BARROS, S. G.; ALVES, A.C.; GURGEL, C. A. Maus-tratos: Estudo através da perspectiva da delegacia de proteção à criança e ao adolescente em Salvador, Bahia. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2009, p. 539-546.

CARVALHO-BARRETO, André; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro; ALMEIDA, Paulo César; SOUSA, Eros. Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica. **Psicologia: reflexão e crítica**. Porto Alegre, v. 22, n. 1, 2009, p. 86-92.

CECIL, H.; MATSON, S. C. Psychological functioning and family discord among African American adolescent females with and without a history of childhood sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**. Amsterdã, v. 25, 2001, p. 973-988.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014.

DINIZ, Débora. **O estupro é um ato de demarcação nas entranhas femininas**. 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/o-estupro-e-um-ato-de-demarcacao-nas-entranhas-femininas-escreve-debora-diniz-o-estado-de-s-paulo-10112013/>. Acesso em: 02.mai.2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP); G1. **Monitor da violência: levantamento de assassinatos de mulheres em 2017**. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/monitor-da-violencia-levantamento-sobre-assassinatos-de-mulheres-em-2017-g1-nev-usp-fbsp-2018/>. Acesso em: 15.abr.2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015.

FRANK, Stefanie; COELHO, Elza Berger Salema; BOING, Antonio Fernando. Perfil dos estudos sobre violência contra a mulher por parceiro íntimo: 2003 a 2007. **Revista Panamericana de Salud Publica**. São Paulo, v. 27, n. 5, 2010, p. 376-381.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, ESílvia Helena. Violência sexual contra meninos: dados epidemiológicos, características e consequências. **Psicologia USP**. São Paulo, v. 23, n. 2, 2012, p. 395-415.

KELLOGG, N. D.; MENARD, S. W. Violence among family members of children and adolescents evaluated for sexual abuse. **Child Abuse & Neglect**. Amsterdã, v. 27, n. 12, p. 1367-1376, 2003.

KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L.; MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO, R. **World report on violence and health**. Genebra: WHO, 2002.

NARVAZ, M.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**. Porto Alegre, v. 37, n. 1, 2006, p. 7-13.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **World report on violence and health**. Genebra: World Health Organization, 2002.

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. **Health in the Americas 2007**. Volume I — Regional. Washington: PAHO, 2007.

PEREDA, N.; GUILERA, G.; FORNS, M.; GÓMEZ-BENITO, J. The international epidemiology of child sexual abuse: A continuation of Finkelhor (1994). **Child Abuse & Neglect**. Amsterdã, v. 33, 2009, p. 331-342.

PERISOLI, Cátula; PIRES, Jarbas Pitaguary Machado; ALMEIDA, Maria Eliete; DALBOSCO, Dell'Aglio, Débora. Violência sexual contra crianças e adolescentes: dados de um serviço de referência. **Temas em Psicologia**. Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, 2010, p. 85-97.

PERISOLI, C. L.; DALBOSCO, D. D. Características familiares no contexto do abuso sexual. In: HUTZ, C. (Org.). **Prevenção e intervenção em situações de risco e vulnerabilidade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

PIRES FILHO, M. F. **Violência intrafamiliar: a compreensão de psicólogos que atendem em instituições crianças do sexo masculino, vítimas de abuso sexual**. Recife, 2007. 152f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Católica de Pernambuco.

RODRIGUES, Vanda Palmarella; MACHADO, Juliana Costa; SANTOS, Washington da Silva; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; DINIZ, Normélia Maria Freire.

Violência de gênero: representações sociais de familiares. **Revista Texto Contexto Enfermagem**. Florianópolis, v. 25, n. 4, 2016, p. 1-10.

SILVA, Lídia Ester Lopes; OLIVEIRA, Maria Liz Cunha. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, 2015, p. 3523-3532.

SCARPATI, Arielle Sagrillo; ROSA, Edinete Maria; GUERRA, Valeschka Martins. Representações sociais da violência sexual na produção científica nacional. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 32, n. 77, 2014, p. 9-18.

SOUZA, C. M.; ADESSE, L. **Violência sexual no Brasil**. Perspectivas e desafios. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

Artigo recebido em: 02/09/2019.
Artigo aprovado em: 04/01/2021.